

Relatório e **contas** consolidadas

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.



12

O Relatório e Contas Consolidadas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 23 de Abril de 2013

Índice

Relatório Consolidado de Gestão	8
Contas Consolidadas do Exercício	20
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	25
1. Empresas incluídas na consolidação.....	25
1.1. Designação das Entidades	25
1.2. Natureza da actividade	25
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	26
2.1 Disposições gerais	26
2.2 Derrogações às disposições do SNC	26
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	26
3. Principais políticas contabilísticas.....	27
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas	27
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	27
3.3 Principais estimativas e julgamentos.....	38
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	41
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	41
4. Fluxos de caixa	41
4.1 Saldos não disponíveis para uso	41
4.2 Desagregação de valores	42
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	42
6. Activos fixos tangíveis	43
7. Participações financeiras – outros métodos.....	45
8. Outros activos financeiros	46
9. Impostos sobre o rendimento.....	47
10. Inventários	48
11. Clientes.....	49
12. Estado e outros entes públicos.....	51
13. Outras contas a receber.....	52
14. Diferimentos	53
15. Capital realizado.....	53

16.	Reservas legais	54
17.	Outras reservas	54
18.	Resultados transitados consolidados	54
19.	Excedentes de revalorização.....	55
20.	Outras variações no capital próprio.....	55
21.	Financiamentos obtidos	56
22.	Outras contas a pagar.....	58
23.	Fornecedores.....	58
24.	Vendas e serviços prestados	59
25.	Subsídios à exploração	60
26.	Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos	60
27.	Variação nos inventários da produção.....	61
28.	Trabalhos para a própria entidade	61
29.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	62
30.	Fornecimentos e serviços externos	63
31.	Gastos com pessoal.....	65
32.	Outros rendimentos e ganhos	66
33.	Outros gastos e perdas	67
34.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	68
35.	Juros e gastos similares suportados	68
36.	Acontecimentos após a data de balanço	69
	Certificação Legal de Contas.....	70
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	72

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862

Relatório Consolidado de Gestão

Senhores Accionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas Consolidado da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.,(Grupo HF) respeitante ao exercício de 2012.

APRESENTAÇÃO

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.(SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

CONDIÇÕES QUE DETERMINARAM A CONSOLIDAÇÃO

As empresas mencionadas foram objecto de consolidação por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.

ENQUADRAMENTO GERAL

O Grupo HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de actuação, na Região Autónoma da Madeira, enfrentando uma difícil orografia e vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa e a sua, relevante, função social expressa no programa do Governo Regional da Madeira (GR).

O Grupo HF está implantado no mercado com empresas orientadas para servir o cliente com qualidade e segurança. Prima pelas infra-estruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e pelo serviço social que presta.

O Grupo HF, com a responsabilidade pública e social que tem, actua na área da mobilidade urbana e interurbana, com vista a contribuir para o desenvolvimento das populações, utiliza os seus próprios recursos e ajusta a oferta às necessidades do mercado, com o objectivo de aumentar a sua eficiência e qualidade, bem como a recuperação económica e financeira.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo, de modo a atrair mais visitantes. As várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico, gastronómico, desportivos e artístico. A SG, através da sua actividade, serviço de aluguer de viaturas, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira incluindo os participantes naquelas manifestações.

O Grupo HF transformou o transporte público num meio de deslocação atractivo, não se obtendo os reflexos, como desejado, na procura e nos resultados.

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS E SITUAÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS

O mercado tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos e este exercício não foi excepção. A descida reflecte-se em toda a sua área de actuação, motivado sobretudo pela queda da procura, reflexo do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional, Nacional, Europeu e até mesmo Mundial, onde imperam medidas de austeridade, que inclui, entre outras, a redução de salários, conjugada com a forte restrição ao crédito e elevadas taxas de desemprego, tem efeitos negativos no consumo das famílias, logo, contribuindo fortemente para a descida da procura na nossa actividade.

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a RAM também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, assente em medidas estruturais de consolidação orçamental, foi criado o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para a RAM. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de forma a reduzir a despesa e aumentar a receita. Em resultado, não foram conseguidos os objetivos pretendidos, registando-se uma grande retração da economia, uma redução do rendimento das famílias e

uma elevada taxa de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para a descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade da empresa.

O Plano acima referido, tem como objetivo, contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas, com participações de Capitais Públicos, impõe regras e medidas de austeridade de modo a reduzir drasticamente as despesas, as indemnizações compensatórias, e a subida da receita através do aumento do tarifário. Acresce ainda o impedimento ao investimento bem como, forte restrição ao crédito. Como resultado reduziram-se alguns gastos, nomeadamente com o pessoal, mas no seu todo, as medidas impostas, não tiveram os reflexos pretendidos no objetivo do Plano, pelos seguintes factos:

- O aumento do custo litro/gasóleo, custo incontrolável e não refletido no tarifário, tendo implicações diretas no aumento dos gastos da empresa;
- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012, contribuiu para uma redução significativa da procura;
- O aumento da Taxa do IVA dos nossos serviços, em 1%, contribuiu também negativamente nos nossos proveitos, atendendo que não foi refletido no preço do tarifário;
- A redução das indemnizações compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 contribuíram para o aumento do desequilíbrio económico e financeiro da empresa;
- Os gastos e perdas, em geral, aumentaram em virtude dos aumentos da inflação, tais como a manutenção e reparação de equipamentos, os juros e encargos, os juros de mora pelo não cumprimento dos prazos de pagamento de empréstimos bancários, a fornecedores e ao estado, mais precisamente a Segurança Social da parte da empresa, e da diminuição do poder de negociação com fornecedores.

Atendendo à redução da procura e com vista à conseqüente redução de custos, O Grupo HF, introduziu ajustamentos à oferta adaptando a sua rede, sem afectar a qualidade do serviço prestado, reajustando carreiras, viagens e horários.

O grupo HF tem tomado algumas medidas para angariar clientes para o serviço de transporte público, no sentido de educar não só para a formação formal mas também informal, ou seja, educar para o desenvolvimento individual e colectivo, incluindo aqui a cidadania e a sustentabilidade, forma de funcionamento integrante da missão de serviço público, que tem como objectivo atingir o equilíbrio entre os factores sociais, económicos e ambientais, de modo a contribuir para a sustentabilidade da sociedade e garantir, no futuro, melhores oportunidades.

Cabe às empresas que prestam serviço público de transporte, em conjunto com os outros parceiros oficiais, encontrar novos modelos de mobilidade onde a sua actividade, transporte de passageiros, seja a principal opção.

O Grupo HF, continua a promover uma mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objectivos da União Europeia, utilizando os fundos comunitários disponíveis para o efeito e através dos projectos abaixo descritos. Estes projectos europeus no

domínio da mobilidade urbana do Funchal têm no Grupo HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região ir ao encontro dos exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

- 1- Civitas Mimosa, que está a ser desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal (CMF), com o Madeira Tecnopólo e com o suporte técnico da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM);
- 2 Intervir + - No âmbito dos seus próprios objectivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/ Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora, menos poluente e com tecnologia ecologicamente sustentável. O projecto prevê uma participação de 80% a fundo perdido;
- 3 Hibrimac, que constitui um projecto patrocinado sob os auspícios do programa Interreg pretende introduzir, em contexto regional, novas tecnologias para os transportes públicos que aumentem e potenciem a eficiência económica e energética do sector em regiões insulares ultra-periféricas;
- 4 Seemore, projecto com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público. É um projecto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projecto, liderando e coordenando a implementação conjunta do consórcio.

O Grupo HF e o Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, entidade que tutela os transportes, devem orientar a política de compensação de custos e/ou proveitos, para o efeito, existe a necessidade de aprovar um modelo de indemnização compensatória mais justo e equilibrado que dote o Grupo HF de meios que contribuam para o seu equilíbrio económico e financeiro.

O deficit de exploração faz com que se recorra, cada vez mais, ao capital alheio para financiamento da sua actividade. A impossibilidade de efectuar compras a crédito, junto de alguns fornecedores, é um reflexo deste crescente endividamento e das dificuldades de tesouraria que atravessa.

Ultrapassar a já crónica situação de falta de liquidez de tesouraria é um dos objectivos do Grupo HF para atempadamente poder levar a cabo as suas actividades e cumprir com as suas obrigações.

Embora as Demonstrações Financeiras do Grupo HF não revelem, a empresa SG apresenta o Capital Próprio inferior ao Capital Social em menos 50%, situação. Prevê-se que no final do 1º. Trimestre do ano de 2013 a HF também já se encontre na mesma situação. Neste sentido, existe a necessidade de capitalizar as sociedades, seja através da cobertura de prejuízos de prestações suplementares ou aumentos de capital.

PAINEL DE BORDO

4 Números	2012	2011
Viaturas	283	286
Motoristas	355	361
Metalúrgicos	102	104
Total de trabalhadores	571	592

3 Indicadores	2012	2011
Motoristas / viatura	1.25	1.26
Metalúrgicos / viatura	0.36	0.36
Total trab. / viatura	2.02	2.07

A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores a rede de exploração voltou a aumentar neste exercício. A extensão da rede simples na HF era, ao final do ano, de 200 km, mais 1 km do que no ano anterior e 232 Km na SG.

Foram percorridos 8 milhões de Km, sendo 1,6 na SG e 6,3 na HF, menos 138 mil Km que no ano anterior.

A PROCURA

Carreiras regulares

O número de passageiros transportados foi de 23,8 milhões, menos 2.667 mil que no ano anterior.

Serviço linha ECO (autocarros elétricos)

Nesta linha Eco foram transportados 80 789 passageiros neste exercício e 93 809 no exercício anterior.

Este serviço voltou a ser pago pelos passageiros, a partir de 16 de Junho, mas somente para clientes que não tinham títulos válidos no serviço urbano.

Serviço para pessoas com mobilidade reduzida

Passageiros transportados:

Serviço regular, 12 048 passageiros, menos 499 que no ano anterior;

Outros Serviços (Alugueres), 2 232 passageiros, mais 776 que em 2011.

ACTIVIDADE OFICINAL

Serviço oficial

As oficinas da HF asseguram a manutenção das frotas HF e SG.

O grupo HF terminou o ano com 283 autocarros, sendo 223 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida, 4 para o serviço da linha Eco e 43 para o serviço de turismo;

A idade média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros urbanos – 16,9 anos;
- Serviço normal de transporte de passageiros interurbanos – 24,1 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 7,7 anos;
- Serviço da linha ECO – 6 anos,
- Serviço de turismo – 12,7 anos;

RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço é de 571, em 31 de Dezembro de 2011 era de 592.

Registando-se 22 saídas e uma admissão, sendo esta a do Presidente do Conselho de Administração que substituiu o anterior presidente.

A taxa de trabalho suplementar é de 2,23% na HF e de 12,9% na SG, estes valores em 2011 eram de 5,5% e 17,5% respectivamente.

AMBIENTE

O Grupo HF está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa politica ambiental passa por:

- Apoiar e respeitar os requisitos da actual legislação;
- Operar e manter as viaturas do Grupo HF tendo em conta questões ambientais;
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afecte o produto final;
- Adopção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável;
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos;
- Minimizar os consumos de electricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia do Grupo HF.

ECONOMIA E FINANÇAS

Investimento

O montante total investido pelo Grupo HF ascendeu a 1,2 milhões euros, deste valor destaca-se o montante 612 mil de reparações em órgãos/componentes de substituição (Trabalhos para a própria empresa) e de 489 mil euros para os projectos subsidiados por Fundos Comunitários, dos quais 401 mil euros são de remunerações do pessoal afecto aos projectos.

Financiamento

No que respeita a financiamentos, deste exercício, é de referir o seguinte:

O grupo HF, mais precisamente a empresa HF, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que o Grupo HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Prorrogou datas de vencimento e diferiu capital para períodos subsequentes.

Em resultado do acima exposto, fez com que os custos com financiamentos fossem agravados, tais como, juros de mora, comissões de renegociação, condições dos contratos em spreads e comissões de gestão.

Resultado líquido

O resultado líquido consolidado é negativo em de 2.136.884,77 euros.

A tributação em imposto sobre o rendimento do período é no montante de 104.338,91 euros.

Nas demonstrações financeiras individuais a HF apresenta um resultado negativo de 2.136.884,77 euros e a SG também negativo de 657.849,80 euros.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Governo, através dos diversos diplomas publicados, determinou, às empresas públicas, medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destacam-se destas medidas a redução de custo em 15%, relativamente ao ano de 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal aos trabalhadores, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em activos, a não contracção de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias.

O Grupo HF vai desenvolver a sua actividade focando a sua gestão no cumprimento das medidas acima mencionadas, reduzindo e ou contendo os custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura.

Não serão efetuados investimentos em viaturas novas, com exceção das integradas nos projetos financiados por fundos comunitários. No entanto, continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência, de forma a atrair novos clientes e aumentar assim as receitas.

O Grupo HF procura novas fontes de receita e aproveitando todas as sinergias, está a estudar a rentabilização das suas oficinas, prestando para exterior o serviço de reparação de viaturas.

O tarifário foi aumentado numa média de 2,4%. O Grupo HF prevê que este aumento não produzirá ganhos proporcionais nas receitas, atendendo à diminuição da procura e do aumento do custo do gasóleo.

O não cumprimento dos prazos de pagamento por parte dos clientes, em geral, mas principalmente do sector público, continuará a causar grande transtorno na nossa tesouraria.

Quanto às Indemnizações Compensatórias a receber do GRM embora com uma redução significativa, O Grupo HF prevê serem recebidas de acordo com um plano de pagamento apresentado.

A ser assim, renegociou-se os empréstimos da CGD, a contar com os valores das Indemnizações Compensatórias dos anos de 2010 e 2011, para amortização de capital, na mesma medida dos seus recebimentos.

Ultrapassar a já crónica situação de falta de liquidez de tesouraria tem por objetivo garantir que o Grupo HF possua capacidade para obter meios monetários necessário para poder levar a cabo as suas atividades, e cumprir com as suas obrigações de pagamento. Para cumprir com aquele objetivo, prevê-se a alienação da participação financeira na Teleféricos da Madeira.

Por outro lado, a não concretização do acima exposto implicará o não pagamento, por parte do Grupo HF, aos seus fornecedores com as seguintes consequências:

- Agravamento dos seus custos, principalmente juros de mora;
- Dificuldades de negociação de preços e de descontos, com implicações diretas nos custos de aquisição;
- Denegrir a sua imagem com processos em contencioso, tendo repercussões diretas na sua credibilidade perante fornecedores e instituições financeiras;
- Não fornecimento de bens e serviços ou exigência de fornecimentos a pronto pagamento.

A alienação, por parte do GRM, da participação financeira detida pela Região Autónoma da Madeira na HF, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, pelo que serão desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização, de acordo com a calendarização a definir, até o final de 2013.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício Consolidadas, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade do Grupo HF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas Consolidadas do exercício e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

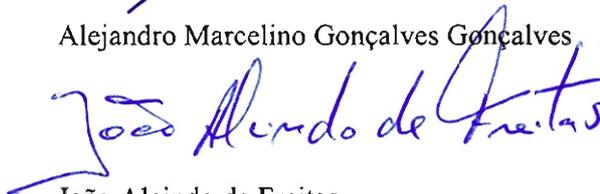
Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício consolidado, negativo, no valor de 2.136.884,77 euros seja transferido para a Conta de Resultados Transitados, em conformidade com as Demonstrações Financeiras das Contas Individuais de cada uma das empresas que constituem o Grupo.

Funchal, 20 de Março de 2013

O Conselho de Administração



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves, Presidente



João Alcindo de Freitas

Vogal



António José Jardim Faria

Vogal

Contas Consolidadas do Exercício

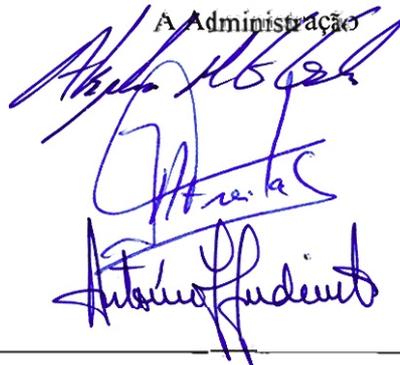
BALANÇO

Rubricas	Notas	Ano	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	29.008.664,80	30.370.097,07
Activos Intangíveis		0,33	0,45
Participações financeiras - outros métodos	7	105.262,14	101.032,78
Outras contas a receber	13	6.591.638,11	
		35.705.565,38	30.471.130,30
Activo corrente			
Inventários	10	754.219,69	847.599,88
Activos biológicos			
Activo corrente			
Clientes	11	1.330.868,63	1.151.864,01
Adiantamentos a fornecedores		1.064,90	8.159
Estado e outros entes públicos	12	666.739,55	505.451,05
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	13	3.132.571,32	12.815.340,18
Diferimentos	14	182.128,94	173.914,05
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	8	1715,48	248.950,48
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	858.658,25	745.706,84
		6.930.117,08	16.491.058,40
Total do activo		42.635.682,46	46.962.188,70
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	15	16.500.000,00	16.500.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	16	119.975,18	44.725,19
Outras reservas	17	139.663,87	139.663,87
Resultados transferidos	18	-23.630.113,94	-25.139.981,56
Ajustamentos em activos financeiros		-151.452,12	-150.769,89
Excedentes de revalorização	19	16.578.233,17	16.872.259,38
Outras variações no capital próprio	20	1.460.487,94	1.866.204,98
Resultado líquido do período		-2.136.884,77	1.504.999,86
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		8.879.909,33	11.637.101,83
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	21	7.059.986,53	12.425.178,75
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	9	4.589.439,76	4.634.898,48
Outras contas a pagar			
		11.649.426,29	17.060.077,23
Passivo corrente			
Fornecedores	23	4.916.879,11	4.237.434,47
Adiantamento de clientes		0,00	126,92
Estado e outros entes públicos	12	345.377,41	404.041,83
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	21	14.696.303,29	11.288.136,60
Outras contas a pagar	22	1.639.552,36	1.789.275,18
Diferimentos	14	508.234,67	545.994,64
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		22.106.346,84	18.265.009,64
Total do passivo		33.755.773,13	35.325.086,87
Total do capital próprio e do passivo		42.635.682,46	46.962.188,70

O Técnico de Contas



A Administração



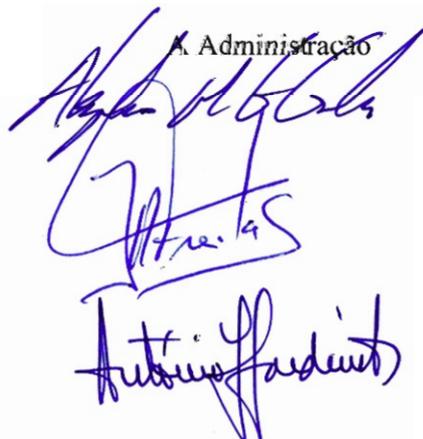
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Ano	
		2011	2011
Vendas e serviços prestados	24	17.760.178,92	17.166.152,73
Subsídios à exploração	25	3.801.588,07	4.727.716,90
Ganhos/perdas imp. subs., associadas e empreendimentos conjuntos	26	300.000,00	300.000,00
Variação nos inventários da produção	27	45.363,49	-16.244,23
Trabalhos para a própria entidade	28	1.116.951,08	862.214,71
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	29	-7.739.668,63	-7.506.114,58
Fornecimentos e serviços externos	30	-2.113.145,70	-2.011.989,40
Gastos com pessoal	31	-10.644.443,42	-12.004.772,08
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	46.683,54	-159.358,07
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 12 e 13	-1.199.145,53	-68.548,63
Provisões (aumentos/reduções)			
Imp. de inv. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	4.362,30	-6.860,51
Aumentos/reduções de justo valor	9	-135,42	-5.731,86
Outros rendimentos e ganhos	32	1.528.122,91	3.190.968,85
Outros gastos e perdas	33	-942.436,40	-238.157,17
Res. antes de dep., gastos de financiamento e impostos		1.964.275,21	4.229.276,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34	-2.537.143,15	-2.495.466,05
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Res. operacional (antes de gastos de fin. e impostos)		-572.867,94	1.733.810,61
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	35	-1.668.355,74	-1.342.066,56
Resultado antes de impostos		-2.241.223,68	391.744,05
Imposto sobre rendimento do período	9	104.338,91	1.113.255,81
Resultado líquido do período		-2.136.884,77	1.504.999,86

O Técnico de Contas



A Administração



FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	exercícios	
	2012	2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	18.369.841,64	18.323.181,00
Pagamento a Fornecedores	-13.829.956,37	-12.930.013,81
Pagamentos ao Pessoal	-6.436.846,83	-7.546.021,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.896.961,56	-2.152.854,29
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-34.935,98	-39.132,54
Outros recebimentos / pagamentos	5.478.208,34	5.227.034,38
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3.546.310,80	3.035.047,55
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-1.301.475,84	-1.994.936,29
Outros ativos	-580,32	
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis		
Subsídios ao Investimento	364.663,10	2.907.571,60
Juros e Rendimentos similares	3.067,17	36.290,94
Dividendos	300.000,00	300.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-634.325,89	1.248.926,25
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento Obtidos	2.250.000,00	4.056.864,07
Pagamentos de		
Financiamentos Obtidos	-3.433.916,77	-7.363.661,10
Juros e gastos similares	-1.615.116,73	-1.123.685,22
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2.799.033,50	-4.430.482,25
Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	112.951,41	-146.508,45
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	745.706,84	892.215,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	858.658,25	745.706,84

O Técnico de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demons tração individual das alterações no capital próprio no período 2011

	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	RL período		
Posição no início do período	1	16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-21.265.055,81	-150.087,66	18.455.837,29	443.720,51	-4.269.215,88	9.899.587,51	
Alterações no período											
Exec. res. AFT conting. e r. variações	25				784.069,90		-784.069,90				
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26							1.932.101,60		1.932.101,60	
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26				-389.779,77			-509.617,13		-1.698.904,91	
Variações de capital em participadas	24					-682,23				-682,23	
Aplicação do resultado líquido do período	23				-4.269.215,88				4.269.215,88		
	2				-3.874.925,75	-682,23	-1.583.577,91	1.422.484,47	4.269.215,88	232.514,46	
Resultado líquido do período	3								1.504.999,86	1.504.999,86	
Resultado extensivo	4=2+3								5.774.215,74	5.774.215,74	
Posição no fim do período	5=1+2+3	16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.139.981,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.637.101,83	

O Técnico de Contas: *Carlos Apurulo* A Administração: *António Fardim*

Demons tração individual das alterações no capital próprio no período 2012

	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	RL período		
Posição no início do período	5	16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.139.981,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.637.101,83	
Alterações no período											
Exec. res. AFT conting. e r. variações	18, 19 e 20				392.034,95		-392.034,95	-540.956,01		-540.956,01	
Reconhecimento de subsídios ao investimento	18, 19 e 20				-3.111.917,20	-682,23	98.008,74	135.238,97		-79.351,72	
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26										
Variações de capital em participadas											
Aplicação do resultado líquido do período	16 e 18		75.249,99		1.429.749,87				-1.504.999,86		
	6		75.249,99		1.509.867,62	-682,23	-294.026,21	-405.717,04	-1.504.999,86	-620.307,73	
Resultado líquido do período	7								-2.136.884,77	-2.136.884,77	
Resultado extensivo	8=6+7								-3.641.884,63	-3.641.884,63	
Posição no fim do período	9=5+6+7	16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.630.113,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.879.909,33	

O Técnico de Contas: *Carlos Apurulo* A Administração: *António Fardim*

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

1. Empresas incluídas na consolidação

1.1. Designação das Entidades

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe e ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 -242 Funchal

1.2. Natureza da actividade

A natureza das actividades que constituem o Grupo HF é as seguintes:

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1.º do Decreto – Lei n.º. 238/91, de 2 de Julho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 20 de Março de 2013 são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2011.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos, edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, tendo a avaliação sido efectuada com data de referência a 01/01/2010, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos

fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, o Grupo HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, o Grupo HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para o Grupo HF nas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com

base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo o Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual o Grupo HF espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

O Grupo HF classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 74 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Locações

O Grupo HF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é

classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo HF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser

utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo HF procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se torna recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

O Grupo HF não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo HF divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo HF;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo HF;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 20 de Março de 2013 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 36.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. o Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo HF determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo HF avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo HF.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos activos não correntes e goodwill

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo HF.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo HF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo HF, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de activos fixos tangíveis

O Grupo HF em 2010, valorizou os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente e teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do Grupo HF situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a sua continuidade.

É de notar que a alienação, por parte do GRM, da participação financeira detida pela Região Autónoma da Madeira na HF, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, pelo que serão desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização, de acordo com a calendarização a definir, até o final de 2013.

O Capital Próprio da SG, empresa do Grupo, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação que nos termos do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, implica a informação do CA, propondo à Assembleia Geral que devem ser tomadas medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa		
Caixa Principal	21.040,00	21.040,00
Caixa Transf. Fundos	9.159,64	8.492,45
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	484,63	36.659,96
Montepio Geral	4.842,84	5.553,33
Banco Espirito Santo	209.712,07	277.640,56
Banif	3.307,50	4.296,66
Caixa Geral de Depósitos	151.092,81	296.662,06
Millennium BCP	16.797,55	95.282,59
Int. Gestão do Crédito Público	5,46	0,00
Santerder Totta	2.215,75	79,23
Outros depósitos bancários	440.000,00	0,00
	858.658,25	745.706,84

Os outros depósitos bancários referem-se a um depósito a prazo na Caixa Geral de Depósitos com data de vencimento em 28/01/2013.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.019.480,36	8.019.480,36
Edifícios e outras construções	17.906.226,91	17.906.226,91
Equipamento básico	44.144.277,60	45.297.431,53
Equipamento de transporte	425.353,43	425.353,43
Equipamento administrativo	1.929.393,54	1.913.665,08
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2.344.501,98	2.338.130,61
Imobilizado em curso	29.291,33	29.070,39
	74.798.525,15	75.929.358,31
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-230.599,11	-2.495.466,05
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-45.559.261,24	-43.063.795,19
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
Valor líquido contabilístico		
	-45.789.860,35	-45.559.261,24
	29.008.664,80	30.370.097,07

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Abates / Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	8.019.480,36						8.019.480,36
Edifícios e outras construções	17.906.226,91						17.906.226,91
Equipamento básico	45.297.431,53	702.953,37		(1.202.373,95)		(653.733,35)	44.144.277,60
Equipamento de transporte	425.353,43						425.353,43
Equipamento administrativo	1.913.665,08	10.607,08		(745,00)		5.866,38	1.929.393,54
Outros activos fixos tangíveis	2.338.130,61	6.371,37					2.344.501,98
imobilizado em curso	29.070,39	6.087,32				(5.866,38)	29.291,33
	75.929.358,31	726.019,14	0,00	-1.203.118,95	0,00	-653.733,35	74.798.525,15
Depreciação ac. e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	(459.685,00)						(459.685,00)
Edifícios e outras construções	(1.388.099,54)	(514.200,92)					(1.902.300,46)
Equipamento básico	(39.212.401,27)	(1.442.422,66)		1.169.716,96		647.095,48	(38.838.011,49)
Equipamento de transporte	(405.364,69)	(19.985,89)					(425.350,58)
Equipamento administrativo	(1.824.365,11)	(36.587,23)		395,75			(1.860.556,59)
Outros activos fixos tangíveis	(2.269.345,63)	(34.610,60)					(2.303.956,23)
	-45.559.261,24	-2.047.807,30	0,00	1.170.112,71	0,00	647.095,48	-45.789.860,35
Total	30.370.097,07						29.008.664,80

Nas adições de equipamento básico integram os órgãos/componentes de substituição de viaturas reparados e substituídos nas nossas oficinas e baterias para colocação nas viaturas afectas ao

serviço ECO. Em equipamento administrativo é referente à aquisição de equipamentos informáticos.

Nos abates, releva-se o abate de duas viaturas afectas ao serviço urbano, bem como dos órgãos/componentes de substituição das respectivas viaturas reparadas.

À data de 31 de Dezembro de 2012, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24	6.328.404,05	-2.561.622,23	3.766.781,82
	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24	6.328.404,05	-2.561.622,23	3.766.781,82

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	712.772,76	42.748,09	755.520,85	687.122,99	86.402,00	773.524,99
Entre um e cinco anos	2.293.114,85	78.208,05	2.371.322,90	2.722.849,18	414.903,00	3.137.752,18
Mais de cinco anos	30.274,62	40,09	30.314,71	322.040,97	8.822,00	330.862,97
	3.036.162,23	120.996,23	3.157.158,46	3.732.013,14	510.127,00	4.242.140,14

A 31 de Dezembro existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do Equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de Compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	titulo de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	titulo de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	titulo de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	titulo de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

A 31 de Dezembro de 2012 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496	Financiamento bancário 1.250.000,00
Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	

O Grupo HF faz notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se a mesma não for liquidada na data de vencimento, 15/01/2013.

À presente data continua activa, atendendo que o referido empréstimo não foi liquidado na data prevista e se encontra em fase de reestruturação.

7. Participações financeiras - outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2012			31-12-2011		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Teleféricos da Madeira, SA		79.894,45	0,00	79.894,45	79.894,45	0,00	79.894,45
Comboios do Monte, SA		16.000,00	-2.417,57	13.582,43	16.000,00	-2.284,63	13.715,37
OPT, SA		15.000,00	-3.214,74	11.785,26	15.000,00	-7.577,04	7.422,96
		110.894,45	-5.632,31	105.262,14	110.894,45	-9.861,67	101.032,78

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894,45					79.894,45
Comboios do Monte, SA	16.000,00					16.000,00
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	110.894,45					110.894,45
Imparidade						
Teleféricos da Madeira, SA						
Comboios do Monte, SA	-2.284,63			-132,94		-2.417,57
OPT, SA	-7.577,04			4.362,30		-3.214,74
	-9.861,67	0,00	0,00	4.229,36	0,00	-5.632,31
Total	101.032,78					105.262,14

8. Outros activos financeiros

O grupo tinha registado nas suas contas obrigações do BPSM no montante 247.812,84 euros. Neste exercício procedeu á sua alienação, tendo sido apurada uma perda no valor de 21 mil euros.

As acções do BCP detidas pelo grupo HF são na quantidade de 22.873.

9. Impostos sobre o rendimento

O Grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Reavaliações contabilísticas			4.738.723,38	4.836.732,12
Outras diferenças			0,00	0,00
Compensação activos e passivos por imp. diferidos			-630.051,81	-817.977,25
Subsídios não reembolsáveis			480.768,19	616.143,61
			4.589.439,76	4.634.898,48

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2012	2011
Impostos correntes	19.789,30	10.700,15
Origem e reversão de diferenças temporárias	-124.128,21	-1.123.955,96
	-104.338,91	-1.113.255,81

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio.

No exercício de 2011 o Grupo HF decidiu registar, sobre aos prejuízos fiscais acumulados, impostos diferidos activos, no montante de 818 mil euros, montante este que se estima reverter pelo mesmo período de reversão dos impostos diferidos passivos. Neste exercício foram revertidos 188 mil euros dos referidos impostos diferidos.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável, atendendo que o seu resultado fiscal é negativo, o imposto corrente registado corresponde às tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis è analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2012	31-12-2011
2010		
2011		3.272.857,34
2012	1.392.902,94	1.392.902,94
2013	3.393.565,44	3.393.565,44
2014	7.703.392,09	7.703.392,09
2015	2.136.653,43	2.136.653,43
2016	1.730.844,18	
	16.357.358,08	17.899.371,24

10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Mercadorias	159.533,59	308.321,48
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	734.785,85	778.386,45
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	122.647,41	70.322,65
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00
	1.016.966,85	1.157.030,58
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	46.683,54	-159.358,07
Imparidades de períodos anteriores	-309.430,70	-150.072,63
	-262.747,16	-309.430,70
Valor líquido contabilístico	754.219,69	847.599,88

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	309.430,70		-46.683,54	262.747,16
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	309.430,70	0,00	-46.683,54	262.747,16

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política do Grupo HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, teve a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

Assim, no Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias justifica-se pelo facto de terem sido adquiridos bilhetes no final do ano anterior;
- Nas matérias-primas subsidiárias e de consumo a variação é negativa em 44 mil euros, sendo uma redução no stock do gasóleo em 80 mil euros e um aumento de 36 mil euros nos restantes bens;
- Nos produtos e trabalhos em curso são diversas obras, referentes a recuperação de peças e reparação de viaturas, iniciadas e não concluídas neste exercício.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foram abatidos bens no montante de 22 mil euros, porque deixaram de ter uso nas nossas viaturas e reduzida a imparidade em 47 mil euros, pelo facto atrás referido e por terem sido consumidos em obras para reparação de viaturas.

Das existências em armazém o montante de 18 mil euros encontrava-se em poder de terceiros e é referente a suporte de bilhetes electrónicos.

11. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	1.589.474,78	1.369.354,03
	1.589.474,78	1.369.354,03
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-41.116,13	-30.081,90
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-217.490,02	-187.408,12
	-258.606,15	-217.490,02
Valor líquido contabilístico	1.330.868,63	1.151.864,01

Fazemos notar que os valores mais significativos em dívida, referem-se a atrasos de pagamento, essencialmente de Escolas públicas e privadas. Quanto às primeiras não se preveem data para a sua regularização e quanto às privadas já elaboraram planos de pagamento de curto prazo e têm cumprido na íntegra.

De salientar que 254 mil euros que é respeitante às vendas do nosso agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviço urbano	-4.610,01	-72,18		-4.682,19
Serviços de turismo	-211.253,01	-48.891,77	8.216,82	-251.927,96
Serviço interurbano	-1.627,00	-469,00	100,00	-1.996,00
	-217.490,02	-49.432,95	8.316,82	-258.606,15

A principal variação respeita aos ajustamentos de clientes e à reversão por liquidação da dívida por parte do cliente Zapveloz.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	660.449,91	87.481,65	214.926,83	626.616,39
	660.449,91	87.481,65	214.926,83	626.616,39

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	128.410,14	124.802,16
IVA a recuperar	215.342,88	41.861,63
IVA reembolsos pedidos	450.000,00	460.000,00
Outros impostos	0,00	
Perdas por imparidade do período	-5.800,73	-28.961,88
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-121.212,74	-92.250,86
	666.739,55	505.451,05
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	19.789,30	9.428,77
Retenções de imposto sobre o rendimento	59.420,07	52.625,31
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	15.137,57	14.524,08
Contribuições para a Segurança Social	251.030,47	327.463,67
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	345.377,41	404.041,83

No Iva reembolsos pedidos, referem-se aos reembolsos solicitados e já foram pagos pela Administração Fiscal à data do presente relatório.

O Grupo HF realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem em 31 de Dezembro de 2012 em 127 mil euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, o Grupo registou uma perda por imparidade no mesmo montante.

13. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos Pessoal	5.397,00	0,00
Out. Operações Pessoal	92.871,67	96.677,42
Secretaria Regional Turismo e Transportes (GRM)	8.703.597,51	9.353.110,44
Estado e O. Entes Públicos	721.143,82	2.688.835,59
Outros devedores	1.448.048,15	771.336,78
	10.971.058,15	12.909.960,23
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-1.152.228,67	-9.225,17
Imparidade de períodos anteriores	-94.620,05	-85.394,88
	-1.246.848,72	-94.620,05
Valor líquido contabilístico	9.724.209,43	12.815.340,18

Na Secretaria Regional do Turismo e Transportes são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. O valor vai ser facturado e recebido por duodécimos até o final de 2016, por este facto foi efectuado ajustamentos no montante de 1.044 mil euros relativo ao desconto da dívida, de acordo com a NCRF n.º 27.

No Estado e outros entes públicos, refere-se essencialmente à mesma Secretaria mas referente à dívida de parte do subsídio ao investimento atribuído no ano de 2011 e das Indemnizações Compensatórias dos meses de Novembro e Dezembro de 2012.

14. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	142.907,17	36.220,53
Desp. Bancárias	14.565,67	41.461,00
Diversos	24.656,10	96.232,52
	182.128,94	173.914,05
Passivo		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Títulos de Transporte	467.570,67	492.324,24
Outros	40.664,00	53.670,40
	508.234,67	545.994,64

No que concerne a gastos a reconhecer o aumento corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, vencido e registado em Dezembro de 2012 respeitante a 2013, não foi feito o seu pagamento por falta de disponibilidades financeiras, à data do presente relatório já se encontra regularizado.

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2013, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 a 31 de Dezembro de 2012.

15. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2012.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	EM 31/12/2012	EM 31/12/2011
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

16. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor actual destas reservas é de 120 mil euros.

17. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ldª, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

18. Resultados transitados consolidados

A variação dos resultados transitados consolidados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 1.430 mil euros, bem como no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, do valor de 392 mil euros, referente às reversões de excedentes de revalorização dos terrenos e edifícios e respectivos impostos diferidos, assim como, dos impostos diferidos, referentes ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante global de 312 mil euros.

19. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	19.670.685,88	20.062.720,83
Impostos diferidos	-4.684.957,52	-4.782.966,26
	16.578.233,17	16.872.259,38

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas neste período, e reconhecimento dos respectivos impostos diferidos.

20. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	1.442.235,10	1.847.952,14
Doações	18.252,84	18.252,84
Outras		
	1.460.487,94	1.866.204,98

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento, no valor de 541 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 135 mil euros.

21. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	4.700.000,00	9.263.185,30
Locações financeiras	2.324.588,80	3.044.890,15
Outros financiadores	35.397,73	117.103,30
	7.059.986,53	12.425.178,75
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	12.803.045,14	9.437.152,64
Descobertos bancários	1.100.000,00	1.086.623,97
Locações financeiras	711.573,43	687.122,99
Outros financiadores	81.684,72	77.237,00
	14.696.303,29	11.288.136,60

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	13.903.045,14	10.523.776,61
De 1 a 5 anos	4.700.000,00	9.263.185,30
A mais de 5 anos		
Locações financeiras		
Até 1 ano	711.573,43	687.122,99
De 1 a 5 anos	2.294.314,18	2.722.849,18
A mais de 5 anos	30.274,62	322.040,97
Outros financiadores		
Até 1 ano	81.684,72	77.237,00
De 1 a 5 anos	35.397,73	117.103,30
A mais de 5 anos		
	21.756.289,82	23.713.315,35

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	4.700.000,00					4.700.000,00
Locações financeiras	72.1928,21	73.1365,52	555.758,26	285.262,19	30.274,62	2.324.588,80
Outros financiadores	35.397,73					35.397,73
	5.457.325,94	73.1365,52	555.758,26	285.262,19	30.274,62	7.059.986,53

Dos quadros acima apresentados é de salientar o seguinte:

O Grupo HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu com todos os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

Prorrogou datas de vencimento e diferiu capital para períodos subsequentes;

Todos os empréstimos contraídos na Caixa Geral de Depósitos consoante foram-se vencendo foram prorrogados para o mês de Janeiro de 2013, à presente data ainda encontram-se em fase de reestruturação, com excepção do empréstimo da SG que se encontra liquidado;

Em relação ao empréstimo existente no Banco Espírito Santo, também por incumprimento permanente, principalmente das amortizações de capital, foi sempre adiado para o fim do contrato. De acordo entre as partes, praticamente exigido pelo Banco, foi decidido efectuar prestações mensais de capital e juros até o final de 2013, ficando assim a sua reestruturação adiada por um ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que o Grupo HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos.

Em resultado do acima exposto, fez com que os custos com financiamentos fossem agravados, tais como, juros de mora, comissões de renegociação, condições dos contratos em spreads e comissões de gestão.

Não foi contraído nenhum financiamento bancário, neste exercício.

22. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Corrente		
Fornecedores de investimentos	130.418,30	148.142,62
Credores por acréscimos de gastos	0,00	
Férias e subsidio de férias	912.784,85	1.019.346,34
Outros credores por acréscimos de gastos	489.402,65	543.406,71
Outros credores	84.345,67	58.695,90
Pessoal	22.600,89	19.683,61
	1.639.552,36	1.789.275,18

Nesta rubrica, nos credores por acréscimos de gastos, para além das férias e subsidio de férias é de realçar os abonos diversos a pagar ao pessoal em 2013, tais como horas extras e subsidio agente único, entre outros, bem como, os juros de financiamentos no montante de 152 mil euros e 175 mil euros da nossa parceira Carristur.

23. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c		
Gerais	4.917.092,32	4.235.741,55
Facturas em recepção e conferência	-213,21	1.692,92
	4.916.879,11	4.237.434,47

O valor elevado constante desta rubrica, refere-se ao facto do Grupo HF não estar a efectuar pagamentos a determinados fornecedores, por falta de disponibilidades financeiras, registando-se atrasos superiores a 2 anos.

24. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Vendas		
Suportes	374.315,08	414.411,51
Serviços prestados		
Do serviço de transporte passageiros	16.303.969,95	15.525.608,19
Do serviço de Turismo	1.081.893,89	1.226.133,03
	17.760.178,92	17.166.152,73

Esta rubrica apresenta uma variação de 594 mil euros, mais 3.46% que no ano anterior.

Nas prestações de serviços, transporte de passageiros, apresentam um aumento de 778 mil euros do que no ano anterior.

Os títulos de transporte, na sua generalidade, contrariando a descida nas quantidades, justificada pela baixa da procura, sobem em valor em cerca de 5%. O valor embora pareça significativo não representa o aumento do tarifário que foi em média 15%.

O bilhete pré-comprado adulto, com desconto, é o que regista maior subida, o que significa um maior planeamento por parte dos clientes, optando assim por este tipo de título em detrimento dos títulos passe que continuam a descer significativamente de ano para ano.

Os suportes de bilhetes sofrem uma descida de valor aproximado a 40 mil euros e justificada praticamente pela redução do número de títulos vendidos.

No serviço de turismo verificou-se uma redução de 144 mil euros, essencialmente explicada pelo decréscimo nos circuitos tabelados 27 mil euros, representando menos 3% que o ano anterior e de 104 mil euros nos outros serviços, menos 27%. Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referidas.

25. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2012	2011
Subsidio à exploração-Indemnização compensatória	3.793.513,07	4.684.626,90
Subsidio à exploração-outros	8.075,00	43.090,00
	3.801.588,07	4.727.716,90

Nesta rubrica, subsídios à exploração, O Grupo HF, apresenta uma redução de 926 mil euros, explicado da seguinte forma:

A redução das indemnizações compensatórias resulta da aplicação de um novo protocolo assinado em Novembro último com o GRM e contemplado no PAEF da RAM;

Comparativamente com o disposto no anterior protocolo, e para este exercício, a HF recebe menos 816 mil euros e a SG 154 mil euros;

No referido protocolo as indemnizações compensatórias foram fixadas com um valor máximo a pagar, bem como, expressa que se após o apuramento final resultar um valor inferior ao montante máximo fixado, a Indemnização compensatória será reduzida nesse mesmo montante.

Os outros referem-se essencialmente ao subsídio atribuído pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

26. Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, referem-se a dividendos pagos pela empresa Teleféricos da Madeira, S.A., sendo de 300 mil euros tanto no ano de 2011 como em 2012.

27. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-70.322,65	-95.666,01
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	-6.961,27	9.099,13
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	122.647,41	70.322,65
Activos biológicos		
	45.363,49	-16.244,23

28. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Activos fixos tangíveis	618.819,68	455.025,31
Activos intangíveis	405.143,21	250.952,47
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Activos por gastos diferidos	0,00	
Inventários	92.988,19	156.236,93
	1.116.951,08	862.214,71

Nos activos fixos tangíveis são resultantes das reparações em viaturas, cingindo-se a alguns órgãos de substituição, principalmente motores, caixas de velocidades e carroçarias.

Nos activos intangíveis são as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários que contribuíram para esta rubrica.

29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2012	2011
Mercadorias	244.896,61	264.517,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.494.772,02	7.241.596,98
Activos biológicos	0,00	0,00
	7.739.668,63	7.506.114,58

Nas mercadorias a redução verificada tem origem na diminuição do número de suportes de títulos vendidos.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo aumentaram em 253 mil euros, sendo 159 mil euros nos consumos de gasóleo e 94 mil euros nos restantes bens.

30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Subcontratos	27.483,37	33.945,80
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	241.797,05	179.302,70
Publicidade e propaganda	30.926,87	21.004,51
Vigilância e segurança	119.331,24	123.136,92
Honorários	28.187,00	28.926,50
Comissões	161.272,26	178.937,16
Conservação e reparação	375.191,57	268.283,68
Outros	0,00	0,00
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.261,37	5.166,51
Livros e documentação técnica	783,88	4.006,14
Material de escritório	11.528,76	7.311,47
Artigos para oferta	0,00	1.605,05
Outros	34.270,21	20.859,61
Energia e fluidos:		
Electricidade	100.311,23	97.671,70
Combustíveis	26.191,40	24.077,86
Água	40.766,57	38.879,76
Outros fluidos	9.282,99	8.681,34
Outros	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	753,20	1.863,79
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	6.037,40	7.765,19
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	5.731,51	5.874,61
Comunicação	86.377,34	89.219,44
Seguros	511.936,57	547.898,09
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1.362,50	3.073,56
Despesas de representação	864,83	1.590,97
Limpeza, higiene e conforto	181.819,88	168.327,50
Outros serviços	106.676,70	144.579,54
	2.113.145,70	2.011.989,40

Esta rubrica, fornecimentos e serviços externos, aumentaram em cerca de 101 mil euros, 5,03%, em relação ao ano anterior.

Abaixo descrevemos as variações mais relevantes:

Aumentos

Nos trabalhos especializados, em 62 mil euros sendo de realçar o aumento dos serviços com a informática;

Na publicidade e propaganda, em 10 mil euros, atendendo que houve mais informação ao público, de factos relacionados com a exploração, mais precisamente alteração do tipo de títulos e aumento de tarifário;

Na conservação e reparação em 107 mil euros, sendo de relevar o aumento com a reparação de viaturas e uma redução nos serviços com a lavagens das mesmas;

Na limpeza, higiene e conforto em 13 mil euros e motivado essencialmente pela redução efectuada na limpeza do edifício;

As restantes rubricas que originaram aumentos, tais como, material de escritório, electricidade, combustíveis, água e outros fornecimentos, são derivados do decurso normal da actividade.

Reduções

Nos subcontratos em 6 mil euros, menos serviços solicitados no exterior;

Nas comissões em 18 mil euros, referente à redução da venda de títulos de transporte por parte dos nossos agentes externos;

Nos seguros em 36 mil euros, sendo o seguro de viaturas o responsável por esta diminuição, mais precisamente pelo abate de três viaturas;

Nos outros serviços em 38 mil euros, motivado pela redução de serviços solicitados no exterior;

As restantes rubricas que originaram reduções, são praticamente as que derivam da actual contenção de custo, tais como livros e documentação técnica, artigos para ofertas, deslocações e estadas, comunicação entre outros.

31. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	170.075,75	184.257,40
Remunerações do pessoal	8.455.851,63	9.519.150,95
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	1.868.354,91	2.102.999,33
Seguros de acid. trabalho e doenças profissionais	125.396,22	160.089,73
Gastos de acção social	777,31	23.353,60
Outros gastos com o pessoal	23.987,60	14.921,07
	10.644.443,42	12.004.772,08

Os custos com o pessoal baixam em 1.360 mil euros menos 11,33% relativamente ao ano anterior.

Fazemos notar que de acordo com o Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica a medida de redução remuneratória, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011, foi aplicado também neste exercício.

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica, gastos com o pessoal:

- As remunerações dos órgãos sociais em 14 mil euros;
- Nas remunerações do pessoal em 1.063 mil euros, destacando-se o ordenado base, as horas extras, o subsídio de Natal, as férias e subsídios de férias;
- Nos encargos sobre remunerações, segurança social e seguros, em 270 mil euros, e resulta das reduções às remunerações cima mencionadas;
- Nos gastos de acção social em 23 mil euros e refere-se a contenção de custos de ordem social, nomeadamente na comparticipação de refeições.

Nos outros gastos com o pessoal, em 9 mil euros, única sub- rubrica que apresenta um aumento e destaca-se a formação com pessoal.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, do Grupo HF em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2012	2011
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	11	11
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	26	26
Profissionais semi-qualificados	492	513
Contratados a prazo	25	25
	571	592

Registaram-se 22 saídas e uma admissão, sendo esta a do Presidente do Conselho de Administração que substituiu o anterior presidente.

32. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	22.050,00	22.050,00
Obras para terceiros	112.971,25	63.748,41
Sucatas / desperdícios	4.960,57	4.070,09
Cedências para terceiros existências	135.725,99	124.302,73
Despesas debitadas a terceiros	122.538,15	409.752,34
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	87.570,99	198.382,00
Disp. embates e imob. de viaturas	24.711,16	31.255,57
Outros rendimentos suplementares	18,66	
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.605,96	2.136,32
Ganhos em inventários	38.706,39	25.349,17
Investimentos rest. Activos financeiros	120,05	1270,55
Investimentos não financeiros	0,00	442.259,79
Subsídios ao investimento	904.408,32	1.150.187,16
Juros obtidos	794,34	1.353,47
Outros	71.941,08	714.851,25
	1.528.122,91	3.190.968,85

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi no montante de menos 1.663 mil euros, e relaciona-se praticamente com o reconhecimento de rendimentos e ganhos no ano anterior, sendo os mais significativos os subsídios ao investimento em 746 mil euros, relacionados com os projetos financiados por fundo europeus, a alienação de imóveis no montante de 442 mil euros e as Indemnizações Compensatória do ano de 2010 em 576 mil euros.

Nas despesas debitadas a terceiros em menos 287 mil euros, principalmente à nossa parceira Carristur, sendo referente a despesas com pessoal 183 mil euros.

111 mil euros em cedências de espaço, nomeadamente publicidade, parque estacionamento e imóveis.

33. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Impostos	19.193,99	17.761,68
Perdas em inventários	44.133,42	24.904,19
Investimentos não financeiros	39.644,11	105.963,36
Donativos	363,92	33,00
Quotizações	3.891,28	10.963,08
Ofertas e amostras de inventários	1.763,34	2.118,79
Juros de desconto de títulos	0,00	0,00
Juros de mora e compensatórios	115.966,49	61.310,53
Outros juros	1.781,58	1.070,59
Outros não especificados	713.651,54	10.170,89
Desc. P. Pag. Concedidos	2.046,73	3.861,06
	942.436,40	238.157,17

A principal variação a destacar é referente aos juros de mora debitado pelos fornecedores por atrasos de pagamento;

Os descontos de pronto pagamento, referem-se a incentivos dados pontualmente, aos nossos clientes, de forma a antecipar o recebimento de contas de clientes ainda não vencidas;

Nos investimentos não financeiros é referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas;

Nos outros, refere-se essencialmente á redução da Indemnização compensatória do ano de 2010 e 2011.

34. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	2.047.807,30	2.057.523,05
Activos intangíveis	489.335,85	437.943,00
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	2.537.143,15	2.495.466,05

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente componentes de viaturas;

Os activos intangíveis referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que o Grupo HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

35. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Juros suportados	1.590.195,89	1.295.362,93
Outros gastos e perdas	78.159,85	46.703,63
	1.668.355,74	1.342.066,56

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

O Grupo HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que o Grupo HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Prorrogou datas de vencimento, diferiu capital para períodos subsequentes;

Em resultado do acima exposto, fez com que pagássemos juros de mora, comissões de renegociação e agravasse as condições dos contratos, tais como comissões de gestão e taxas de juro.

36. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo HF, com a excepção da atribuição do subsídio de férias ao pessoal da empresa, referente ao ano de 2012, a pagar em 2013. Este subsídio foi cortado por aplicação da Lei do Orçamento da República para 2013 e novamente atribuído por ter sido considerado inconstitucional. A estimativa do subsídio é no montante de 644 mil euros.

A decisão de atribuição do Subsídio férias por parte do Governo da República foi tomada após o encerramento das contas da HF e por este facto está a ser aqui divulgada.



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 42.635.682 euros e um total de capital próprio de 8.879.909 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.136.885 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, com referência a 31 de Dezembro de 2012, o capital próprio consolidado da Empresa apresenta-se positivo em virtude das reavaliações efectuados aos imóveis de propriedade da Empresa Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., incluída no perímetro de consolidação, no período de 2010, conforme divulgado na nota 3.3 do Anexo, sendo que no tocante aos resultados consolidados, à excepção do período de 2011, os quais continham transacções de carácter extraordinário, os mesmos têm vindo a apresentar-se sucessivamente negativos. Assim, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros do Grupo encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização desta Empresa e da sua subsidiária Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., facto que não ocorreu em 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

23 de Abril de 2013

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade e da gestão dos negócios desenvolvidos pelo conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação de contas e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas consolidadas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Acompanhámos e verificámos os trabalhos desenvolvidos para a obtenção das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- a) Estabelecimento de critérios valorimétricos uniformes para todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação;
- b) A eliminação dos valores resultantes das ligações entre as sociedades que fazem parte da consolidação;
- c) Outros aspectos definidos pelas regras de consolidação estabelecidas no normativo aplicável.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, sem reservas e com uma ênfase, decorrente do exame realizado.



Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo constituído pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

23 de Abril de 2013

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)